

“Virada sindical”: a construção de uma historiografia legitimadora a respeito do Sindicato dos Sapateiros de Franca-SP nos anos de 1980.¹

Vinícius Donizete de REZENDE² – PPG-UNESP/Franca

I

A proposta da presente comunicação é analisar um conjunto de estudos desenvolvidos a partir do início dos anos de 1980, que tiveram como objeto central de análise a história do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Franca (STIC), mais conhecido como Sindicato dos Sapateiros de Franca.

Pretende-se inicialmente, compreender as principais características de tais obras, bem como a concepção teórica que permeia suas principais explicações; para em seguida, problematizar tais concepções, tendo como referencial teórico as contribuições trazidas nos últimos anos pela história social do trabalho.

Para a realização deste estudo historiográfico, considera-se fundamental a importância dos compromissos dos autores com a conjuntura político-social-econômica de sua época, por serem estes inerentes à própria criação intelectual. “Assim, a obra torna-se porta voz não só do seu autor como do grupo em que ele está integrado.”³

Nesse sentido, o estudo da historiografia da classe operária torna-se um elemento central para a compreensão de posicionamentos políticos, ideológicos e partidários, que permearam a história do movimento operário, visto que muitas vezes foi marcada por tentativas de se legitimar a atuação de grupos políticos ou de denegrir as ações que não condiziam com as concepções teóricas dos autores.⁴

II

A cidade de Franca é conhecida como a “capital do calçado” masculino do país. Tal posição foi alcançada entre os anos de 1950 e 1980, que marcaram o período de formação e consolidação de um parque industrial, composto por diferentes ramos de atividade voltados para a fabricação de sapatos. As maiores indústrias organizaram-se sob princípios fordistas e taylorista de produção, com a fragmentação do processo produtivo em múltiplas tarefas e a introdução da linha de montagem.

A cidade tornou-se um centro de atração populacional para migrantes da região, sobretudo de origem rural; ocasionando assim um grande crescimento populacional e, conseqüente, concentração na zona urbana do município.

Esse desenvolvimento urbano e industrial despertou o interesse de vários pesquisadores, que desde meados dos anos de 1960, se dedicaram ao estudo do tema; fato estimulado pela existência na cidade de um Instituto de História e Serviço Social – posteriormente Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Os primeiros estudos voltaram-se para a compreensão dos fatores responsáveis pelo surgimento e desenvolvimento da indústria de calçados, bem como, das principais características do parque industrial em formação.

Foi apenas na década de 1980, período de “redemocratização” política e de efervescência do movimento sindical nacional, que surgiram os primeiros estudos que procuraram colocar os sapateiros de Franca como centro da análise. Esses trabalhos, realizados inicialmente por estudantes do curso de Serviço Social, tiveram como eixo central de reflexão a chamada “*virada sindical*” de 1982, quando uma diretoria ligada à Pastoral Operária, ao *novo sindicalismo* do ABC e à formação do Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a direção do Sindicato dos Sapateiros de Franca.

Estes estudos foram de grande importância, pois pela primeira vez, privilegiaram a classe operária local como objeto central de análise. Porém, assim como muitos estudos dedicados à interpretação do *novo sindicalismo*, seguiram uma linha de justificação e exaltação da atuação das novas diretorias surgidas a partir do final da década de 1970, em detrimento a toda a história do período anterior.

Como observa Hélio da Costa, comentando a obra de Marcelo Badaró Mattos,

(...) a idéia de “novo” foi cunhada em dois sentidos: primeiro, no contraponto ao peleguismo então predominante no movimento sindical e segundo, na oposição ao “velho sindicalismo” vigente até 64. Carregada de juízo de valor, a oposição entre “novo” e “velho”, foi sendo paulatinamente cristalizada nos meios sindical e acadêmico.⁵

Em geral, estes estudos mantiveram a concepção tradicional de análise da classe operária brasileira, que define o período anterior a 1930 como de predomínio de um

movimento operário combativo, com os “sindicatos autênticos” sob forte influência anarquista; de 1930 a 1964, teria predominado um sindicalismo “pelego”, “corporativista”, atrelado ao Estado e promotor de uma política de harmonia social e de minimização da luta de classes; e, finalmente, no fim da década de 1970, teria surgido o *novo sindicalismo*, caracterizado pelo rompimento com o “peleguismo” anterior, promotor de um sindicalismo autônomo e combativo.

III

No ano de 1983, Elisabete Alves iniciou o processo de construção da oposição entre o “velho” e o “novo” sindicalismo em Franca; suas afirmações a respeito dos sapateiros francanos do pré-1982 foram reproduzidas em vários trabalhos e perduraram até os anos mais recentes.

Ao analisar a fundação do Sindicato dos Sapateiros de Franca, ocorrida no ano de 1941, constatou que seu fundador, Luis Magrin, era um sindicalista getulista, tendo sido inclusive fundador do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Franca; seria defensor da harmonia com os patrões para conseguir melhorias para os trabalhadores.

Assim, a autora concluiu que

a fundação dos primeiros sindicatos em Franca, se deu pós-revolução de 30, já com a implantação do sindicato vertical, isto é, atrelado ao Ministério do Trabalho. Assim, devido à ação controladora do Estado junto ao movimento sindical, percebe-se que a tendência do movimento operário francano é de *passividade*, de atuar de acordo com as leis implantadas pelo Estado Vargasista.⁶ [grifo nosso]

Para a autora, essa tendência de “passividade” do movimento operário francano teria forjado uma classe operária que se expressava “por uma certa *falta de consciência* e de *compromisso de classe*”, um proletariado que estaria “alienado de sua própria realidade objetiva, isto é, negando as contradições de classe [...]”⁷.

Este trabalho iniciou uma tradição de se reduzir o estudo da categoria dos sapateiros a história de sua entidade representativa. Ao mesmo tempo, lançou a idéia de que entre os anos de 1941 e 1982 o Sindicato dos Sapateiros caracterizou-se pela sucessão ininterrupta

de diretorias caracterizadas pelo assistencialismo e corporativismo, o que teria forjado um operariado não combativo.

Os demais estudos sobre o tema limitaram-se a reproduzir tais idéias, sem ao menos aprofundar a análise a respeito do período em questão⁸. Tais afirmações continuaram presentes inclusive em estudos mais recentes:

A categoria dos sapateiros, por sua vez, não reagia coletivamente a esta situação. *Amorfa e desmobilizada* limitava-se a produzir. Dirimia questões e buscava soluções de forma isolada e individual.⁹ [grifos nossos]

O sindicato, pautando-se pela conciliação e colaboracionismo com o patronato, contribuiu para forjar um *operariado dócil* e cheio de receios e desconfianças em relação aos seus representantes sindicais.¹⁰ [grifos nossos]

Tais definições se inserem num quadro teórico-conceitual tipicamente leninista, que concebe a classe como uma categoria estática, como a simples reunião de homens e mulheres sob determinadas condições de produção. Dessa maneira, tais autores acreditam que a classe operária deveria ter uma determinada “consciência”, ou seja, agir de uma maneira, geralmente, predeterminada por eles.

Percebe-se tal posicionamento em diferentes trechos desses trabalhos. Acima, citamos uma passagem em que Alves fala em “*certa falta de consciência*”; Adriana Alcântara e Valéria Pedro afirmam que “a consciência do operário vai de uma *consciência falsa* da posição que ocupa dentro do conflito, da luta entre as classes, até a *consciência possível*, onde ocorre a percepção do real em sua totalidade.”¹¹

Essas mesmas autoras introduzem os conceitos de “classe em si”, que seria um estágio inicial do desenvolvimento da consciência do operariado, caracterizado pela luta econômica, e de “classe para si”, quando o operariado atingiria um estágio elevado de conscientização, caracterizado pela luta política.¹²

Portanto, depreende-se dessas passagens uma concepção evolutiva de história, na qual o proletariado estaria realizando uma marcha linear rumo ao fim da história, com o objetivo de cumprir sua missão histórica – levar a sociedade ao fim da luta de classes por meio de uma sociedade igualitária, sem classes sociais.

Como observa Thompson, tal noção de

classe como categoria estática tem conquistado peso em setores relevantes de todo o pensamento marxista. [...] de um modelo estático de relações capitalistas de produção são extraídas as classes que lhes devem corresponder e a “consciência” que deve corresponder às classes e à sua respectiva inserção. Em uma forma comum, geralmente leninista, isso fornece uma boa justificativa para uma política de “substitutivos”, como aquele de uma “vanguarda” que saberia mais que a própria classe quais seriam tanto o interesse verdadeiro quanto a consciência mais conveniente a essa mesma classe.¹³

Constata-se que para tais autores a ação do sindicato no período anterior a 1982 é capaz de explicar toda a história da classe operária local. Tais afirmações, como procuramos demonstrar, são fruto de uma visão limitada de história, incapaz de vislumbrar toda a multiplicidade de ações desenvolvidas por operários e operárias em suas experiências cotidianas. E que portanto acreditam ser necessário o papel de um grupo esclarecido, geralmente denominado “vanguarda”, para “retirar as vendas” dos olhos de uma multidão “amorfa” e incapaz de reagir perante a exploração capitalista.

IV

Se o “velho” caracterizou-se pelo “peleguismo” recorrente nas diversas diretorias que se mantiveram no poder entre os anos de 1941 e 1982, forjando um operariado “dócil”, uma classe “sem consciência” ou com uma “falsa consciência”. O “novo” seria marcado pelo *despertar* que ocorreu na categoria a partir de 1982; quando o Sindicato dos Sapateiros passou a questionar a exploração sofrida pela categoria, e tornou-se inclusive a vanguarda dos demais sindicatos do município¹⁴.

Para compreensão deste conjunto de obras é importante saber que a maior parte desses autores teve uma vinculação direta com o movimento sindical do pós-1982. Algumas estudantes de Serviço Social participaram do processo de montagem da chapa de oposição, outras se tornaram assessoras da entidade após a eleição; Maria Isabel e Gilmar Dominici estiveram presentes nos principais acontecimentos do período e foram eleitos vereadores pelo PT em 1988, juntamente com dois diretores do sindicato; e aqueles que não tiveram participação direta no período possuem proximidade ideológica com o grupo.

Assim, realizaram a construção de um discurso legitimador que em vários aspectos reproduziu o discurso oficial da chapa de oposição e, posteriormente, da nova diretoria. A

oposição entre o “velho” e o “novo” foi o elemento central da chapa de oposição em 1982, como se observa no Manifesto da Chapa 2 citado por Canoas¹⁵, no qual procura-se qualificar os dirigentes sindicais rivais como “homens de gabinete”, como “meros burocratas” e “pelegos”.

Da mesma forma, não tiveram dúvidas em aderir ao discurso da nova diretoria quando esta sofreu oposição na eleição seguinte, de 1985. Nos boletins de campanha da então Chapa 1, que tentava a reeleição, o elemento central foi desqualificar a chapa de oposição, qualificando-a como uma “chapa patronal”¹⁶, ao mesmo tempo em que se exaltavam as mudanças que teriam começado em 1982.

A concepção leninista de tais autores fica completamente desnudada quando defendem o papel de vanguarda que a nova diretoria teve, e ao mesmo tempo o próprio papel que tiveram e deveriam ter, enquanto assistentes sociais, no processo que definem como de “conscientização” da categoria. Ou seja, no processo de transformar a “massa amorfa” numa “classe para si” que age de acordo com os seus “verdadeiros” interesses.

Outro aspecto marcante nesse processo de legitimação da nova diretoria foi procurar minimizar e relativizar aspectos considerados negativos, presentes desde o momento de montagem da chapa de oposição. Maria Isabel, por exemplo, ao se deparar com a afirmação de Fábio Cândido – que encabeçou a chapa de oposição – de que “alguns foram ‘pegos’ para montar a chapa”, afirmou que “apesar de todas estas dificuldades, havia uma opção homogênea e forte e um comprometimento muito grande com a transformação social e com o fortalecimento da classe trabalhadora”.¹⁷

Nesse mesmo sentido, apesar da autora reconhecer que tal forma de composição da chapa gerou conflitos internos após a vitória eleitoral, que tiveram que ser administrados pela diretoria, afirma que “essas questões não afloram, de forma prejudicial, no seio da categoria.”¹⁸ Portanto, um elemento que poderia ser analisado como parte do processo de desgaste que o novo sindicalismo sofreu posteriormente, e mesmo, como exemplo dos limites dessa concepção leninista de movimento operário, é relativizado e minimizado nas explicações dos autores em análise.

O processo de legitimação não estaria completo sem a exaltação das ações dos dirigentes sindicais. Encontram-se vários trechos em que se afirma que a partir de então a categoria teria passado a atuar de modo classista, ou a escrever um importante capítulo de sua história como classe. Adriana Alcântara e Valéria Pedro chegaram a considerar a atuação do novo sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores, a nível local e nacional, como capaz de abalar o poder da burguesia:

Em cada eleição que acontece, cada vez mais o monopólio do poder pela burguesia é abalado. [...] Todos esses pequenos avanços demonstram que transformações estão ocorrendo: a burguesia nacional a cada dia é mais e mais pressionada e a classe operária consegue também, cada vez mais se impor, e mostrar que ao final do túnel existe uma luz.¹⁹

Tais obras aproximam-se daquilo que Georges Haupt denominou como uma “história do partido”, marcada pela construção de um discurso oficial que procura justificar a atuação de dirigentes partidários,

é a percepção que os partidos operários têm de si mesmos e a representação que querem dar que orientam seus discursos históricos [...] os fatos que correspondem às versões oficiais são destacados e considerados essenciais, aqueles que as contradizem ou não servem, na presente conjuntura, são considerados marginais e inoportunos.²⁰

V

Procuramos analisar como as obras pioneiras no estudo da classe trabalhadora de Franca tiveram o nítido objetivo de legitimar publicamente a atuação de uma determinada tendência sindical por meio de um discurso de oposição entre o “velho” e “novo” sindicalismo; bem como, compreender como tal oposição ultrapassou os limites da estrutura sindical, e se estendeu para análise de toda a classe operária, o que tornou possível as afirmações amplamente divulgadas de existência de uma classe “dócil”.

Assim como afirma Thompson, dizer que uma classe tem uma consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido.²¹ Da mesma forma, afirmar que a classe é “dócil” ou “não combativa” em função da atuação de determinada diretoria sindical é algo que soa estranho aos ouvidos de historiadores que procuraram compreender a classe operária como uma *formação histórica*, por meio de relações sociais entre grupos antagônicos. Falar em “falsa consciência” significa tentar impor uma concepção de mundo,

muitas vezes formulada em um contexto diferente daquele que se está analisando; significa tentar impor formas de ação, desconsiderando a complexidade das experiências operárias.

Portanto, este conjunto de obras aqui analisado faz parte de um ideário político-ideológico de grupos que se sentem no direito de coordenar e dirigir a classe operária, acreditando que estariam lutando contra o capitalismo. Compreender as formulações dos mesmos torna-se de significativa importância em função da presença que tiveram em certos setores do movimento operário, fazendo parte da história da classe operária.

Notas

¹ Esta comunicação constitui parte da pesquisa de mestrado, Anônimas da História: relações de trabalho e atuação política de sapateiras em Franca (1950-1980).

² Mestrando do programa de pós-graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Unesp-Franca, sob a orientação da Prof^a Dr^a Teresa M. Malatian. Bolsista Fapesp.

³ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. “Historiografia, uma questão regional? São Paulo no período republicano, um exemplo”. In: SILVA, Marcos A. da. (coord.) *República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, 1990. p. 82.

⁴ Cf. HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.5, n. 10, pp. 208-231, 1985.

⁵ COSTA, Hélio da. “Trabalhadores, Sindicatos e suas Lutas em São Paulo (1943-1953)”. In: FORTES, Alexandre (et. al.). *Na Luta por Direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999. p.90.

⁶ ALVES, Elisabete Aparecida. *A organização operária em Franca e o Serviço Social*. 1983. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social)- Instituto de História e Serviço Social, UNESP, Franca, 1983. f. 46.

⁷ *Ibidem*, p. 55-56.

⁸ Cf. ALCANTARA, A. C. de; PEDRO, V. B. de C. *Um Velho Sindicato... Uma Nova Atuação*. 1988. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social)- FHDSS, UNESP, Franca, 1988. DOMINICI, Gilmar. *Sapateiros em Luta*. 1988. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - FHDSS, UNESP, Franca, 1988. CANOAS, J. W. *Nas Pegadas dos Sapateiros*. Franca, UNESP/ Prefeitura Municipal de Franca, 1993.

⁹ GUIMARÃES, M. I. B. do N. *Sindicalismo e Atitudes operárias*. Franca-1982-2000. 2001. 238 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- FHDSS, UNESP, Franca, 2001.

¹⁰ OLIVEIRA, T. F. B. N. de. *Inovação Sindical e Burocratismo: limites e avanços do sindicalismo cutista no Sindicato dos Sapateiros de Franca (STIC)*. 2002. 195 f. Dissertação (Mestrado em História)- FHDSS, UNESP, Franca, 2002.

¹¹ ALCANTARA, A. C. de; PEDRO, V. B. de C. op. cit., p. 26-27.

¹² *Ibidem*. Cf. também GUIMARÃES, M. I. B. do N. op. cit.

¹³ THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’ “. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. p. 271-272.

¹⁴ CANOAS, J. W. op. cit., p. 57.

¹⁵ *Ibidem*, p.78-79.

¹⁶ Cf. por ex., *Ibidem*, p. 88.

¹⁷ GUIMARÃES, M. I. B. do N. op. cit., p. 131.

¹⁸ *Ibidem*, 142.

¹⁹ ALCANTARA, A. C. de; PEDRO, V. B. de C. op. cit., f. 68.

²⁰ HAUPT, Georges. op. cit. p. 215.

²¹ THOMPSON, E. P. op. cit. p. 279.